

## **Sindicalismo rural e conflitos de terra na Baixada: 1967-1979**

Marco Antonio dos Santos Teixeira \*

### **Resumo**

Após o golpe de 1964 iniciou-se um período de refluxo nas lutas no campo fluminense. Todavia, já em 1965, o sindicalismo rural retomava algumas atividades, centrando-se, sobretudo, na reorganização das entidades sindicais. Com as eleições da CONTAG em 1967, algumas mudanças começaram a ocorrer. Esse é o ponto de partida deste trabalho, que busca entender como se deu a atuação do sindicalismo rural entre 1968 e 1979, em suas esferas municipal, estadual e nacional. Analisamos ainda como essa estrutura sindical se articulou com os conflitos de terra ocorridos na região da Baixada, estado do Rio de Janeiro. Nossas análises encerram-se em 1979, quando ocorreu o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da CONTAG. Para desenvolver este trabalho, além da bibliografia sobre o tema, foram utilizadas a análise documental e a história oral.

**Palavras-chave:** sindicalismo rural; trabalhadores do campo; conflitos por terra.

### **Abstract**

After the 1964 coup d'état, the rural struggles in the state of Rio de Janeiro became less strong. However, in 1965, trade unionism restarted some activities, mostly focusing in the reorganization of trade unions. With the election of CONTAG in 1967, some changes began to happen. This is the starting point of this work, which tries to understand how rural trade unionism acted in the period between 1968 and 1979, in the municipal, state and national levels. We also analyse how this trade unionist structure relates to the rural struggles in the lowland area in the state of Rio de Janeiro. Our analysis stops at 1979, year in which the Third National Congress of CONTAG Rural Workers took place. The development of this paper was based on the literature about the subject, as well as on document analysis and oral history.

**Keywords:** rural trade unionism, rural workers, land conflicts.

A opinião de que a Baixada<sup>1</sup> era uma região bastante crítica no que se refere aos problemas no campo durante os anos 1950 e início dos 1960 era comum entre as pessoas que vivenciaram essa situação, conforme indicou Grynszpan (1987). O principal problema enfrentado pelos trabalhadores do campo<sup>2</sup> nessa região eram as ações de despejos por terra. Em geral, essas ações eram empreendidas por grileiros, que, diante da valorização dessas

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Mestrando pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Bolsista do CNPq. Este trabalho é parte da monografia de final de curso de graduação em História, desenvolvido sob a orientação do professor Marco Aurélio Santana.

<sup>1</sup> Baixada, neste trabalho, orienta-se pelo sentido que Grynszpan atribui ao termo e designa a área que compreendia as regiões de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeira de Macacu, municípios que, apesar das suas diferenças, "(...) estiveram submetidos a alguns processos semelhantes e, em seu conjunto, pela recorrência dos despejos bem como as formas pelas quais os lavradores a eles reagiram". (GRYNSZPAN, 1987: 21).

<sup>2</sup> Os termos "camponês", "campesinato", "lavrador", "trabalhador do campo" e "trabalhador rural" neste trabalho são usados de forma genérica, com o sentido amplo e vago de conjunto das camadas populares do campo.

terras, desejavam sua posse com objetivos especulativos. Em resposta aos despejos, os lavradores organizaram ações de resistência, inicialmente concentradas na região da Baixada, mas que se irradiaram para outras áreas fluminenses. Tinham como principal reivindicação a desapropriação das terras em litígio.

É nesse contexto que, por meio de mobilizações, o campesinato ganha reconhecimento político e as primeiras organizações camponesas são fundadas no Rio de Janeiro.<sup>3</sup> Como afirma Medeiros, o período entre os anos de 1945 e 1964 foi um “(...) momento em que começaram a vir à luz diversos conflitos no campo e em que se procurou, pela primeira vez, dar-lhes uma articulação maior, através de bandeiras de lutas comuns”. (MEDEIROS, 1989: 13-14).

Se há referência a diversos casos de conflitos envolvendo os trabalhadores do campo na década de 1950, foi principalmente no início dos anos 1960 que a mobilização do campesinato se intensificou e ganhou novos contornos. Nesse momento, “(...) as lutas no campo estenderam-se, intensificaram-se, e ganharam tons de radicalidade.” (MEDEIROS, 1989: 62).

Grynszpan caracterizou a situação no campo fluminense no início dos anos 1960 como um “barril de pólvora prestes a explodir”. Segundo ele, a partir de 1963, ocorre uma intensificação das lutas nessa região, ao mesmo tempo em que se verifica e ganha articulação a ação contrária dos proprietários de terras. Junto a isso, a atitude rígida assumida pelo judiciário fluminense, com alguns juízes dispensando um tratamento hostil aos lavradores, por meio da execução de ações de despejos ou por meio do enquadramento de lideranças camponesas na Lei de Segurança Nacional, e a permanente indefinição das desapropriações realizadas pelo governo estadual agravou ainda mais a situação dos conflitos. (GRYNSZPAN, 1987).

A questão agrária ganhava centralidade nesse momento. Segundo Palmeira, “A ‘agitação camponesa’ foi um dos pretextos mais fortemente utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao princípio de propriedade, buscar apoio social ao seu projeto” (PALMEIRA, 1985: 43), sobretudo após o “(...) anúncio feito pelo presidente João

---

<sup>3</sup> Os sindicatos e as associações civis foram as principais formas de organização dos trabalhadores do campo no âmbito municipal entre 1945 e 1964 no Rio de Janeiro. Os primeiros representavam os trabalhadores que de alguma forma eram considerados assalariados, como colonos e moradores. Já as associações destinavam-se àqueles que tinham acesso à terra, como posseiros e meeiros, e lutavam principalmente contra os despejos, aumento das rendas, entre outras reivindicações. (MEDEIROS, 1989: 26). No âmbito estadual destacaram-se as federações de trabalhadores rurais e nacionalmente a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1954 e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em dezembro de 1963.

Goulart, em 13 de março de 1964, de sua intenção de executar uma reforma agrária à margem das rodovias federais”. (SILVA, 2006: 276).

Com o golpe civil-militar de 1964,<sup>4</sup> as lutas no campo sofreram um refluxo. Lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas pelo Exército e por organismos policiais do Estado. Outros fugiram ou se exilaram. Terras desapropriadas foram devolvidas aos seus supostos antigos donos e o medo tornou-se um componente na vida dos trabalhadores rurais que, agora, não tinham apenas a violência dos proprietários e grileiros para se preocupar, mas também do governo que se instalou. Sobre esse momento, Pureza<sup>5</sup> (1982), diz: “A repressão foi implacável com os trabalhadores rurais e sua liderança. Acusaram nosso movimento de subversivo, prendendo e perseguindo nossos companheiros. Muitos sindicatos foram impedidos de funcionar.” (PUREZA, 1982: 91).

Contudo, a repressão ao movimento sindical dos trabalhadores rurais (MSTR) após o golpe não significou o desaparecimento das lutas no campo. É verdade que alguns sindicatos foram cassados, mas outros continuaram a existir, seja sob intervenção ou ainda mantendo a sua diretoria. Isso ocorreu porque, para o regime que se constituía, pautado inicialmente em um discurso reformista e liberal, não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim lhe dar outra direção, coerente com os novos tempos. (MEDEIROS, 1989).

A intervenção sobre as organizações sindicais dos trabalhadores rurais foi conduzida a partir de um acordo entre militares e circulistas,<sup>6</sup> que nomearam Juntas Governamentais para dirigir as organizações sindicais. (BARCELLOS, 2008 apud RICCI, 1999).

Podemos entender esse acordo entre militares e os Círculos Operários como parte de uma aliança mais abrangente, envolvendo militares e setores da Igreja Católica que apoiaram o golpe de 1964. No Rio de Janeiro, coube ao padre Carvalho, assistente eclesiástico da Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF), nomear as novas direções sindicais. A FCOF apoiou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG/RJ) oferecendo-lhe infra-estrutura e orientação nas suas ações. (BARCELLOS, 2008).

---

<sup>4</sup> Fico (2004), com base em Dreifuss (1981), afirma que em 1964 o que se viu foi consequência de um movimento civil-militar, a partir da articulação entre uma burguesia multinacional associada e grupos militares, e não um golpe unicamente das Forças Armadas. (FICO, 2004: 50-51).

<sup>5</sup> José Pureza, importante liderança camponesa no pré-1964, foi um dos fundadores e dirigente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> O movimento dos Círculos Operários, surgido no início da década de 1930, estava diretamente ligado à Igreja Católica e era marcado por seu caráter de ordem assistencialista, paternalista e conciliatório. O circulismo foi a experiência-piloto da Igreja no meio operário. Pretendia remediar as condições de pobreza em que viviam os trabalhadores ao mesmo tempo em que desqualificava qualquer possibilidade de mudança social pela via da ruptura, deslocando todas as questões do mundo do trabalho para a esfera da cooperação.

O trabalho da Junta Governativa nomeada pelo padre Carvalho para a Federação parece ter centrado sua atuação inicialmente na preparação da eleição para a sua diretoria, convocada para 1965. (BARCELLOS, 2008). Essa eleição serviu para legitimar, pelo voto, a diretoria nomeada no pós-golpe e indicar que se vivia uma situação de normalidade democrática na Federação.

Após as eleições, o trabalho na Federação centrou-se na reorganização dos sindicatos fechados. Este parecia ser o único trabalho viável em um contexto de forte repressão por parte do governo. As reivindicações, resistências e grandes bandeiras de luta do sindicalismo rural foram “abandonadas” por um tempo, pois não era possível esse tipo de ação nesse momento.

De acordo com depoimentos, o trabalho de reestruturação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) encontrou algumas dificuldades, como: a reação negativa dos trabalhadores rurais à retomada dos sindicatos, pois temiam que a repressão por que passaram no momento do golpe se repetisse; a não participação de antigas lideranças dos trabalhadores rurais, pois, sem as pessoas que os trabalhadores conheciam e confiavam, ficava mais difícil mobilizar;<sup>7</sup> e a vigilância e repressão do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) sobre os sindicatos e Federação em diversos momentos.

Com a dificuldade para retomar ou fundar novos sindicatos, a Federação precisou adotar uma estratégia que lhe permitisse ganhar a confiança dos trabalhadores. Dessa forma, em alguns casos, eles passaram a investir na ação junto às bases, através de atividades informais de conversas e pequenas reuniões com o objetivo de mobilizar os trabalhadores para as atividades no MSTR.<sup>8</sup>

O processo de intervenções que se abateu sobre sindicatos e federação atingiu também a CONTAG. Após o golpe, a confederação sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, alijando dirigentes comunistas de seus cargos, pondo em seu lugar católicos circulistas, como é o caso de José Rotta, que ocupou o cargo de presidente da confederação até 1968. (MEDEIROS, 1989). Com seis federações já organizadas,<sup>9</sup> a intervenção sobre a CONTAG foi suspensa em 1965 e as eleições convocadas, legitimando os interventores pelo voto.

Se no imediato pós-1964 os trabalhos no MSTR pareceram muito mais dedicados a uma reestruturação do movimento sindical, sobretudo através de suas entidades de

---

<sup>7</sup> A experiência dos antigos líderes sindicais poderia contribuir fortemente para a retomada dos trabalhos nos STRs.

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Sérvolo de Medeiros no dia 26/10/1982.

<sup>9</sup> Trata-se das federações de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. (MEDEIROS, 1989).

representação – sindicatos, federação e confederação – a partir de 1967, sua linha de atuação passou por algumas mudanças.

O marco desse momento é a eleição em 1967, quando um grupo de oposição à diretoria em exercício se estruturou. (RICCI, 1999 apud BARCELLOS, 2008). Liderada por José Francisco da Silva, a chapa oposicionista venceu o grupo de José Rotta pela diferença de um voto. A idéia de “retomada” da CONTAG a partir das eleições de 1967 é relativizada por Tavares (1992), para quem a liderança pernambucana que venceu as eleições havia optado por uma estratégia de penetração na estrutura da CONTAG, participando desde 1965 da chapa formada pelo interventor. (TAVARES, 1982 apud BARCELLOS, 2008).

Se a idéia de ruptura não é a mais adequada pra se referir a esse momento, também não podemos deixar de considerar que uma mudança acontecia na CONTAG. A chapa vencedora passou a tentar reorganizar o sindicalismo rural no país, “(...) com base nas bandeiras enraizadas nas lutas dos trabalhadores: defesa dos ‘direitos’, demanda por reforma agrária e previdência social”. (MEDEIROS, 1989: 92).

A “retomada” da CONTAG parece ter tido grande repercussão na FETAG/RJ. Segundo Raimundo Leoni dos Santos,<sup>10</sup> foi a “virada” da confederação em 1967 que permitiu também uma transformação na federação.<sup>11</sup> Foram as alianças estabelecidas entre federação e confederação, estruturadas, sobretudo a partir da ida de dois antigos dirigentes da federação para a direção da CONTAG, que permitiu a FETAG/RJ ampliar sua força política e os sindicatos reconhecidos.

Na nova conjuntura, não se tratava apenas de reestruturar os STRs no estado do Rio, mas também de lutar pela defesa dos interesses do campesinato, reivindicando-se direitos trabalhistas, resolução dos problemas de despejo etc. Esse movimento parece ter se orientado conforme ocorreu na CONTAG, privilegiando as vias legais de lutas e o diálogo.

Essa mudança de postura da federação representou também uma mudança de atitude dos militares em relação à FETAG/RJ. Se antes se vivia uma situação de aparente tranqüilidade, a partir de 1967/1968, o DOPS iniciou uma onda de perseguições no campo.<sup>12</sup> Sendo assim, conjuntura política e mudança da linha de atuação do sindicalismo rural

---

<sup>10</sup> Nascido no estado de Alagoas, Raimundo veio para a cidade do Rio de Janeiro com doze anos, onde morou em algumas favelas. Aos vinte e seis anos Raimundo foi para a área rural fluminense e assim chegou em Itaboraí em 1963, onde começou sua atuação política nas lutas pela desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte. Ao longo dos anos 1960 e 1970 Raimundo participou do STR de Itaboraí e foi da direção da FETAG/RJ no período entre 1977 e 1980.

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Raimundo Leoni dos Santos a Leonilde Sérvo de Medeiros no dia 25/05/1982.

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Sérvo de Medeiros no dia 26/10/1982.

parecem ter confluído para provocar uma atitude mais repressiva do governo sobre os trabalhadores rurais.

Com isso, vivendo um momento de forte repressão às suas entidades, restou aos dirigentes sindicais atuar nas brechas, fazendo o que era possível e viável para a defesa dos trabalhadores rurais, sobretudo através da defesa jurídica.

Por volta também de 1968 começou na federação um trabalho de caráter educativo. Após ter reestruturado os STRs, fez-se necessário preparar dirigentes para atuar nos sindicatos reconstruídos. Para tanto, criou-se um Centro de Formação e Estudos Sindicais Rurais (CENFESIR), adquirido na época com o objetivo de realizar cursos para preparar dirigentes sindicais, secretários, presidentes e tesoureiros. A formação sindical de lideranças era vista como fundamental para melhoria dos quadros e para o desenvolvimento do MSTR no Rio de Janeiro.<sup>13</sup> Se num primeiro momento os cursos oferecidos pela federação visavam atender principalmente as lideranças sindicais, posteriormente, os cursos foram oferecidos também para os associados dos sindicatos, ou seja, a base dos trabalhadores rurais.

Outra questão de destaque entre as reivindicações dos trabalhadores rurais trata-se da demanda pela inclusão da categoria na previdência social. O Estatuto do Trabalhador Rural instituiu as bases para a previdência em 1963, mas somente após quatro anos ela começou a ser implementada como assistência médico-social. Sua efetiva instituição se deu apenas em 1971, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalho Rural (FUNRURAL), que abrangeu questões de “(...) aposentadoria (por velhice ou invalidez), pensão, auxílio funeral, serviços de saúde, serviço social”.<sup>14</sup> (MEDEIROS, 1989: 96). O convênio entre o FUNRURAL e as entidades de classe foi disciplinado em julho de 1971, através de uma resolução que determinava a assistência ambulatorial, desde que as organizações sindicais dispusessem de instalações próprias. (MEDEIROS, 1989: 97). Com isso, as condições institucionais para que o sindicato assumisse as funções de assistência sanitária e previdenciária foram criadas. O assistencialismo imposto pelo Estado, em um contexto em que eram reduzidas as possibilidades do sindicato se constituir em instrumento de

---

<sup>13</sup> Um movimento semelhante ao que aconteceu na FETAG/RJ ocorreu também em âmbito nacional através da direção da CONTAG. José Francisco, ainda em 1968, implantou um programa educacional de lideranças sindicais, inspirada na metodologia do Movimento de Educação de Base (MEB).

<sup>14</sup> Antes dessa legislação já havia uma outra, de dezembro de 1970, a Lei de Valorização da Ação Sindical, um decreto presidencial que “(...) estabelecia prioridade para uma política de ação sindical que se propusesse a estimular a participação dos sindicatos, dando maior peso na política social e objetivos de assistência social e assistência sindical. No primeiro caso, tratava-se de instrumentalizar o sindicato para prestar assistência médica e odontológica. No segundo, criavam-se mecanismos para empréstimos financeiros para construção, reforma, ampliação ou aquisição de sedes, escolas, colônias de férias, campos de esporte, clubes recreativos, hospitais, creches, ambulatórios e cooperativas de consumo; realização de atividades culturais, cursos de legislação social, bolsas de estudo para formação profissional, entre outros”. (MEDEIROS, 1989: 97).

mobilização, reivindicação e luta dos trabalhadores, muitas vezes se tornou prática dominante, senão única. (MEDEIROS, 1989: 97).

Se por um lado o sindicato ficou atrelado a práticas assistencialistas, atraindo o trabalhador para o atendimento oferecido, conformando uma imagem vinculada ao FUNRURAL e não à defesa dos seus interesses, por outro lado, em alguns casos, o trabalho de prestação de serviços assistenciais representou um caminho para a educação política do trabalhador: “o momento do atendimento também se constituía numa oportunidade para o esclarecimento sobre os direitos e possibilidades de conquistá-lo. Ao que tudo indica, porém, não foi essa a regra”. (MEDEIROS, 1989: 97).

Pelo menos foi o que parece ter ocorrido no STR de Itaboraí. Raimundo Leoni diz que os trabalhadores rurais se filiavam ao sindicato porque queriam médicos e dentistas e não por quererem participar da luta classista. Contudo, mesmo com esse objetivo, a participação do trabalhador era positiva, pois assim ele e outros dirigentes do sindicato faziam com que aquelas pessoas participassem de outras atividades do sindicato e de discussões, e não apenas da assistência médica ou odontológica.<sup>15</sup> Esse caso é significativo de uma postura que o MSTR precisou ter no momento da ditadura. Diante de crises, repressão ou qualquer dificuldade, era preciso se reinventar e superar as dificuldades.

Um dos problemas enfrentado pelas entidades do Rio com a instituição do FUNRURAL refere-se ao engajamento que os dirigentes dos sindicatos precisaram dedicar aos trabalhos administrativo do novo programa, chegando, em algumas situações, a praticamente perder de vista a luta.<sup>16</sup>

Com os dirigentes sindicais ocupados com a execução do PRORURAL, eles tinham menos tempo, ou nenhum, para se dedicarem às atividades políticas, de coordenação das lutas e das reivindicações dos trabalhadores rurais.

A análise de alguns documentos da FETAG/RJ nos permitiu compreender um pouco melhor como se dava o trabalho de organização sindical no campo fluminense e com isso seus principais entraves. É o caso, por exemplo, de um ofício da FETAG/RJ encaminhado à CONTAG, onde relata as dificuldades pelas quais vinha passando. O documento trata da falta de recursos financeiros da federação e de alguns de seus sindicatos e do surgimento de vários loteamentos em áreas eminentemente agrícolas, devido ao avanço das fronteiras da região metropolitana e do incentivo do estado à pecuária. Esses componentes produziram um certo esvaziamento do meio rural, com conseqüentes prejuízos financeiros para as entidades

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Raimundo Leoni dos Santos a Leonilde Sérvo de Medeiros no dia 25/05/1982.

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Sérvo de Medeiros no dia 26/10/1982.

sindicais. Junto a tudo isso, ocorreu a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara que proporcionou, devido em parte pela construção da ponte Rio–Niterói, uma verdadeira corrida às terras no estado. Os compradores estavam motivados pela possível valorização das terras e pela busca dos sítios de recreio. Além disso, as alterações no recadastramento rural modificaram substancialmente o enquadramento sindical, o que provocou uma queda significativa na arrecadação sindical. Ao mesmo tempo, diversas outras despesas aumentaram, como contas de luz, água, correio, gasolina e salários.

Outrossim, a federação recebeu informações de que “o INCRA não havia lançado as guias de cobrança da contribuição sindical”, o que deixava a federação sem nenhum dinheiro sobre essa fonte. Assim, a federação encontrava-se “sem nenhum numerário em caixa”. Diante disso tudo, a FETAG/RJ recorre à CONTAG pedindo-lhe um empréstimo “a ser pago com o primeiro crédito a ser feito em nossa conta bancária referente à contribuição sindical arrecadada pelo INCRA”.<sup>17</sup>

Outros documentos enviados pela FETAG/RJ à CONTAG solicitam intervenção da confederação junto aos órgãos federais em casos de disputas pela posse da terra. Em geral, tratam de áreas com titularidade duvidosa e que são objetos de disputas judiciais.<sup>18</sup> Verificamos nesse caso o importante papel da CONTAG no sentido de orientar as federações sobre como proceder em suas lutas. Em muitos casos, documentos como estes eram também encaminhados para autoridades do INCRA e do governo estadual.

Os ofícios encaminhados pela FETAG/RJ às autoridades geralmente estavam embasados em leis. A federação parecia, com isso, buscar legitimar suas solicitações ou denúncias. Particularmente significativo também é o modo como eles tentam tratar da questão do despejo, não apenas como uma problemática para os trabalhadores do campo, mas como um problema para toda a cidade, seja porque esta depende do abastecimento dos produtos que os camponeses produzem, seja porque com o despejo, os trabalhadores rurais encaminharam-se para os centros urbanos, provocando um “inchamento” destes, tendo como consequência marginalização e desemprego. Outro argumento usado de forma recorrente pela federação em seus ofícios às autoridades é o de que a posse das terras em disputa já se prolongava por mais de 20 anos, buscando, assim, fazer valer a lei de usucapião.<sup>19</sup>

No que se refere aos conflitos de terra, na Baixada os litígios existentes eram, em grande parte, continuidade ou desdobramento de conflitos anteriores, principalmente de antes

---

<sup>17</sup> OF. N° 305/AE/75 – Niterói, 15 de outubro de 1975.

<sup>18</sup> OF. N° AJ/218/77 – Niterói, 06 de setembro de 1977.

<sup>19</sup> Idem.



de 1969. Os principais atores envolvidos nessas disputas eram posseiros, que se enfrentavam normalmente com pretensos proprietários e grileiros. Há ocorrência também de conflitos envolvendo parceiros e colonos,. A violência foi um elemento presente nos conflitos por terra nessa região. Em alguns casos, além dos posseiros, os advogados e os dirigentes sindicais foram vítimas de ameaças.<sup>20</sup> A principal reivindicação dos trabalhadores era a demanda pela desapropriação. A essa se somava outras, de caráter mais imediato. Em geral, as reivindicações obedeciam às instâncias da estrutura sindical, como podemos constatar através dos ofícios analisados.<sup>21</sup>

Outro espaço central de mobilização para o sindicalismo rural se deu no âmbito dos congressos da CONTAG. Tanto o congresso de 1973 como o 1979 foram importantes locais de articulação e troca de experiência para os trabalhadores rurais. Eles eram precedidos por encontros preparatórios regionais e estaduais, que se constituíram em espaços de mobilização e sistematização das reivindicações do movimento sindical.

É no Congresso de 1979 da CONTAG que nossas análises se encerram. Ocorrido em um momento de “abertura” do regime, com a extinção dos Atos Institucionais e a aprovação da anistia, vivia-se um momento de euforia em relação ao crescimento dos movimentos sociais e a redemocratização do país. No MSTR isso não foi diferente. O congresso de 1979 é apontado como um momento de retomada das lutas sindicais no campo e oportunidade de atualização das práticas sindicais.<sup>22</sup> Essa mudança de fato parece ter começado a se operar, com novos atores surgindo no campo fluminense, com as reivindicações vindas das áreas rurais se renovando, contudo não podemos valorizá-las em demasia. Elas não aconteceram de

---

<sup>20</sup> Dados obtidos em Medeiros (1983).

<sup>21</sup> Os ofícios em questão constituem parte do acervo disponível no Núcleo de Pesquisa, Documentação e referência em Movimentos Sociais e Políticas Públicas no campo (CPDA/UFRRJ). Eles fazem parte dos dossiês *conflitos por terra*, que integram a subsérie *FETAG/RJ*, da série *Sindicalismo Rural*, alocados no conjunto também denominado *Sindicalismo Rural*. Os dossiês estão organizados de acordo com as regiões governamentais do estado do Rio de Janeiro.

<sup>22</sup> Entre as reivindicações do III Congresso, a reforma agrária permanecia como a grande bandeira de luta para o MSTR, e devia ser ampla, massiva e imediata. A reforma agrária aparecia ainda como condição para a redemocratização do país. Além disso, o encontro reivindicava o cumprimento da legislação trabalhista. (MEDEIROS, 1989). No entanto, novas demandas surgiram nas discussões do congresso. Uma delas refere-se à alteração na legislação sindical, de forma que as entidades representativas dos trabalhadores rurais ficassem livres do controle do Estado. Isso impôs uma mudança qualitativa no teor das reivindicações já históricas. As resoluções do congresso apontavam para a necessidade de se criar uma central sindical que lutasse por um sindicalismo livre e a participação dos trabalhadores do campo na mudança do modelo político. (MEDEIROS, 1989). Esse congresso marcou a adoção de uma nova estratégia de atuação pelo MSTR. A partir dele passou-se a incentivar as lutas coletivas e a pressão direta, assim como a aliança com organizações envolvidas com a luta pela redemocratização e na defesa de interesses populares, como a Igreja. Com isso, buscavam-se vantagens mais imediatas aos trabalhadores, mas também questionar o “modelo econômico” e o “modelo político” em vigor (PALMEIRA, 1985: 48). Sobre este aspecto, Medeiros diz que com o III Congresso “(...) passou a ser proposta a pressão coletiva, com estímulo à mobilização, à ênfase nas ações de resistência e à valorização das iniciativas dos trabalhadores.” (MEDEIROS, 1989: 119).

repente, mas são produto de uma luta que vinha se travando desde a retração do MSTR após o golpe, na luta pela sua rearticulação e desenvolvimento. Por isso, talvez falar em retomada das lutas após o congresso de 1979 seja desconhecer todo um conjunto de ações, que existiram numa conjuntura de repressão militar e policial e que desabrochariam na década seguinte.

### Referência bibliográfica

- BARCELLOS, F. H. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. 2008. Mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro. 2008.
- DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-50, 2004.
- GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)*. 1987. 2 v. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ/MN, Rio de Janeiro, 1987.
- MEDEIROS, L. S. de. Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa) Dez anos de luta pela terra: 1969-1979. CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983. (mimeo.).
- \_\_\_\_\_. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.
- PUREZA, J. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1962.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- SILVA, O. H. *A Foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.
- TAVARES, R. CONTAG, da ditadura à transição – memória social e construção política do campesinato. (Dissertação de Mestrado). IUPERJ, 1992.

### Material Consultado

- 1) Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Sérvolo de Medeiros no dia 26/10/1982.
- 2) Entrevista concedida por Raimundo Leoni dos Santos a Leonilde Sérvolo de Medeiros no dia 25/05/1982.
- 3) OF. N° 305/AE/75 – Niterói, 15 de outubro de 1975.
- 4) OF. N° AJ/218/77 – Niterói, 06 de setembro de 1977.